

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 153.155 - RN (2017/0162167-5)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : IARA FERNANDES DA COSTA
ADVOGADOS : CARLOS GONDIM MIRANDA DE FARIAS - RN002560
CARLOS ALBERTO MARQUES JÚNIOR - RN002864
CARLOS HEITOR DE MACEDO CAVALCANTI - RN003745
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE RETRAÇÃO EXERCIDO. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA.

DECISÃO

Iara Fernandes da Costa interpõe agravo interno, às fls. 189-202 e-STJ, contra decisão singular deste relator, cujo ementa está consignada nos seguintes termos (e-STJ fl. 183):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO COMUM ESTADUAL E JUÍZO TRABALHISTA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SERVIDOR PÚBLICO TEMPORÁRIO. NATUREZA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DO VÍNCULO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

A agravante aduz, em suma, o que segue (e-STJ fl. 191):

Através do Conflito de Competência nº127.322 – RN (2013/0072294-7), o Esta Corte estabeleceu que seria da Justiça Laboral o dever de julgar tais demandas. O caso utilizado para a declaração não foi apenas uma situação assemelhada. Ali a corte superior tratou do recolhimento de valores ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS de períodos anteriores à Instituição do RJU, até mesmo de um Município do Rio Grande do Norte. O mesmo tema objeto da demanda.

Ao final, requer a reconsideração da decisão agravada ou seja a presente insurgência submetida a julgamento no âmbito do órgão colegiado.

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Diante das alegações apresentadas pela agravante, é mister exercer juízo de retratação, a fim de tornar sem efeito a decisão agravada.

Isso posto, **reconsidero** a decisão de fls. 183-184 e-STJ, **tornando-a sem efeito**.

Com o trânsito em julgado deste *decisum*, retornem-me os autos para nova apreciação do conflito negativo de competência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator